

A ENERGIA QUE GERA FUTURO

Relatório de atividades
2021

ÍNDICE

A ENERGIA QUE GERA FUTURO

pág. 02 a 05

Sobre o relatório

O nosso propósito

A energia que
gera futuro

Uma missão global

PROJETOS PRINCIPAIS

pág. 06 a 18

GOVERNO

pág. 19 a 21

Código de Ética

Órgãos Sociais

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

pág. 21

ANEXOS

pág. 22 a 38

Demonstrações
financeiras

Relatório e parecer
do Conselho Fiscal e
Relatório de Auditoria



SOBRE O RELATÓRIO

O relatório da Fundação Galp tem como objetivo divulgar e comunicar a todos os *stakeholders*, com transparência e rigor, o seu crescimento e contributo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde a Fundação Galp está presente. Os conteúdos apresentados referem-se ao ano civil de 2021, incluindo-se, sempre que relevante, informação apropriada relativa aos principais indicadores globais de cada projeto. Ao longo do presente relatório são

identificados os principais impactos sociais dos projetos desenvolvidos pela Fundação Galp, em parceria com os seus parceiros e as comunidades, em prol da criação de valor social.

Ciente de que a longevidade da relação com os seus *stakeholders* assenta sobre os princípios da transparência e da confiança, este relatório de atividades é submetido a uma verificação da concordância da informação constante do

Relatório de Atividades com as Demonstrações Financeiras, pela Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.

A Fundação Galp acredita que a informação divulgada contribuirá para o fortalecimento da sua relação com a comunidade e demais *stakeholders*.

A SUA OPINIÃO

A Fundação Galp pretende estabelecer um diálogo constante e inclusivo com os seus *stakeholders*, valorizando e procurando dar resposta às suas expectativas e necessidades. Poderá enviar a sua opinião acerca deste relatório, bem como esclarecer questões sobre os seus projetos, através dos seguintes contactos:

Fundação Galp, Rua Tomás da Fonseca,
Torre C, 1600-209 Lisboa
Tel.: +351 217 240 551
e-mail: fundacaogalp@galp.com



fundacaogalp.com



facebook.com/fundacaogalp



O NOSSO PROPÓSITO

Juntos temos a força para traçar um caminho comum, onde existe um equilíbrio necessário entre o crescimento e o bem-estar da população, as suas necessidades energéticas e a preservação dos ecossistemas. Juntos conseguimos pensar global, ter consciência das fragilidades e desigualdades de muitos e atuar. Juntos temos a oportunidade de transformar, reforçar e criar caminhos de esperança, de um futuro renovado para as nossas comunidades.

Em cooperação com os nossos parceiros sociais, continuamos a investir nas comunidades onde marcamos presença, tendo como principal objetivo contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A par com os nossos mecenas, continuamos a investir no acesso à educação de qualidade, inclusiva e transformadora, na mobilização das comunidades para o uso sustentável de energia e para a proteção da biodiversidade.

Enfrentamos um desafio global e transgeracional e acreditamos que a educação e a partilha do conhecimento são a chave para a tão necessária mudança. Precisamos de aprender a viver juntos de forma sustentável. Precisamos agir de forma responsável com base no entendimento de que o que fazemos hoje tem implicações futuras para a vida das pessoas e para o planeta.

O retorno do investimento em educação é inegável, tanto numa lógica de empoderamento pessoal,

como de impacto social, ambiental e económico. Não há, por isso, como não abraçar esta causa, com toda a energia.

Mesmo em contexto de resposta a emergências sociais, como as resultantes da pandemia Covid-19 ou do conflito armado no norte de Moçambique, para além da ajuda humanitária que promovemos em cooperação, o nosso foco continuou a ser direcionado para a criação de condições de acesso à educação, inclusiva e equitativa. Ajudando a construir infraestruturas de apoio à educação, investindo em programas de bolsas de mérito e programas de mentoria, e em iniciativas de integração das famílias mais vulneráveis nas comunidades de acolhimento. Permitindo assim, a criação das condições de base ao regresso à escola para as crianças e jovens.

Em Portugal, continuámos a investir em programas de educação focados na capacitação dos mais jovens para a resposta à emergência climática, valorizando os seus comportamentos e atitudes mais sustentáveis e promovendo em ambiente escolar o empreendedorismo e a inovação.

Em 2021, impactámos diretamente a vida de mais de 37 mil pessoas, trabalhamos em cooperação com os nossos parceiros sociais e contámos com a inestimável dedicação de 797 voluntários Galp, que levaram a sua energia, as suas competências e o seu calor humano às nossas comunidades. A todos eles, um muito obrigado.

Um agradecimento especial ao grupo fundador, o Grupo Galp, e em particular, às três empresas mecenas (Galp Energia SGPS, S.A., Galp Gás Natural, S.A. e Petrogal, S.A.), que dotaram a Fundação Galp dos meios financeiros necessários à sua atividade em 2021. Aos membros dos órgãos sociais da Fundação, importa igualmente deixar um agradecimento pelo contributo e incentivo que foi sendo conferido ao longo do ano.

É esta entrega e compromisso global que nos inspira e incentiva a continuar.

Lisboa, 29 de abril de 2022
O Conselho de Administração



A ENERGIA QUE GERA FUTURO

A Fundação Galp tem na sua base de intervenção três linhas de atuação social, alicerçadas nos objetivos de desenvolvimento sustentável das comunidades onde está presente.



Educação e Conhecimento

Facilitar o acesso a uma educação de qualidade e sensibilizar as comunidades para a importância da formação de crianças e jovens. Reconhecer o mérito de alunos e professores, e incentivar o empreendedorismo e a inovação social através do conhecimento.

Energia Sustentável e Proteção da Biodiversidade

Promover o desenvolvimento das comunidades através do acesso e consumo responsável de energia, e contribuir para a preservação e valorização dos recursos naturais do planeta.



Emergências Sociais

Apoiar as comunidades em situações de emergência social, através de ajuda humanitária, em cooperação e parceria, para o desenvolvimento das mesmas.



UMA MISSÃO GLOBAL

Enquanto catalisadora da mudança, a nossa energia apoia e dá resposta às necessidades do mundo, onde quer que elas existam.

Portugal

Bolsas de Estudo Fundação Galp
 Programa de Mentores Galp & Programa EPIS
 Inclusão Digital - Acesso a computadores e tecnologia
 Projeto educativo Future UP - O futuro está na tua energia
 Terra de Esperança
 Promoção da Inclusão Social - Fundação Galp Solidária
 Festival Tremor - Projecto Artístico e Inclusivo
 Programa Bagos d'Ouro

4 7 8 10 11 12 13 14 15

Espanha

Bolsas de Estudo Fundação Galp
 Inclusão Digital - Acesso a computadores e tecnologia

4

São Tomé e Príncipe

Educar para o Futuro
 Inclusão Digital - Acesso a computadores e tecnologia

3 4 5

Eswatini

Bolsas de Estudo Fundação Galp

4

Moçambique

Energiza
 Bolsas de Estudo Fundação Galp
 Educar para o Futuro
 Educação no feminino
 Inclusão Digital - Acesso a computadores e tecnologia
 Integração das comunidades deslocadas de Cabo Delgado

3 4 5 7 8 13 15





PROJETOS PRINCIPAIS



TERRA DE ESPERANÇA

Objetivo Social

- Mobilizar as comunidades em torno da importância da floresta autóctone para a sustentabilidade do país;
- Reflorestar e promover a preservação da biodiversidade.

Parceiros sociais

ANEFA, Galp & Municípios

Período do investimento

2017-2021



ATÉ 2021

500.000

árvores

+8.740

voluntários

18

distritos

+30

municípios em Portugal

A PARTIR DE 2021

+42,5 mil

toneladas de CO₂ sequestradas nos próximos 30 anos





ENERGIZA

Objetivo Social

- Assegurar o acesso a energia renovável a escolas, unidades de saúde e lares domésticos em zonas rurais de Moçambique;
- Promover o desenvolvimento local e a proteção da biodiversidade.

Parceiros sociais

FUNAE

Período do investimento

2016-2021



IMPACTO SOCIAL A PARTIR DE 2021

+1.017

famílias têm melhorias na sua qualidade de vida

+6.000

moçambicanos têm acesso a fontes de energia renovável

+54t

de CO₂/ano são evitadas





FUTURE UP

Objetivo Social

- Promover a transição energética, através da educação, da cidadania e do empreendedorismo social;
- Promover o consumo sustentável de recursos naturais e a mudança de comportamentos;
- Promover as competências STEM e *soft skills* nas gerações mais jovens;
- Promover a transição energética no espaço escolar - Prémio Escola Energy UP.

Parceiros sociais

Direção-Geral da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção-Geral de Energia, ADENE-Agência para a Energia, UNESCO, Projeto Apps for Good - CDI e Junior Achievement Portugal, Galp Upcoming Energies e Galp Solar

Período do investimento

Projeto em continuidade desde 2010



DESDE 2010

+500

voluntários

+17.070

escolas

+5.000

aulas de energia

+2 milhões

de alunos e professores impactados



EM 2021

70

aulas de energia

824

escolas

1.746

professores

38.899

alunos

PREVISÃO

DE 2021 ATÉ 2025

+ 1.800

escolas

+ 100.000

alunos e professores

Escola da Gafanha da Nazaré

(Prémio Escola Energy UP)

2.000

alunos

53

painéis solares

9%

poupança de energia em MW

8

ton de CO₂ evitadas anualmente





TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Objetivo Social

- Promover a inclusão digital através do acesso a computadores e tecnologia;
- Promover o acesso ao ensino digital, de forma igualitária;
- Potenciar o interesse das crianças e dos jovens e disponibilizar conteúdos, proporcionando a oportunidade de desenvolvimento de novas competências.

Parceiros sociais

Galp, Rock in Rio & Fujitsu, Banco dos Bens Doados, Helpo, StudentKeep

Período do investimento

2020-2021



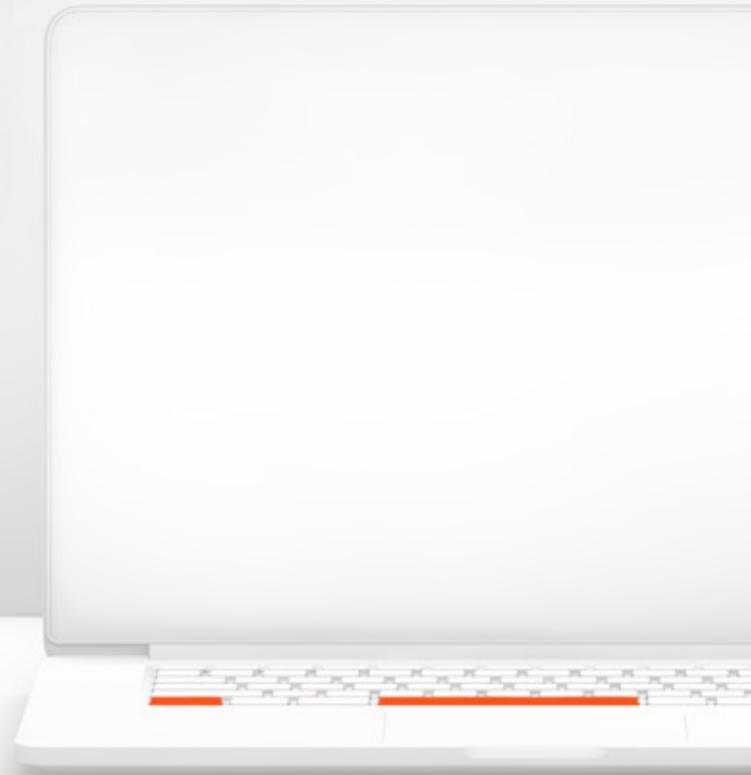
IMPACTO SOCIAL

+3.200

computadores e outros equipamentos doados

+30

escolas



Entidades beneficiárias

- Escolas e Bibliotecas
- Banco dos Bens doados - Banco Alimentar
- ONGD em Portugal, Moçambique e São Tomé e Príncipe
- Hospital, Escolas, Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Jovens Alunos - Bolseiros Fundação Galp





PROGRAMA DE MENTORES GALP E PROGRAMA EPIS

Objetivo Social

- Promover o sucesso escolar e a inclusão social, com o objetivo de reduzir a taxa de insucesso e de abandono escolar em Portugal.

Parceiros sociais

EPIS – Empresários pela Inclusão Social & Galp (projeto cofinanciado)



Período do investimento

Parceria com o Programa EPIS desde 2009

PROGRAMA DE MENTORES GALP DESDE 2016

+137

jovens apoiados

+191

voluntários Galp

BOLSAS DE MÉRITO PROGRAMA EPIS DESDE 2016

13

PROGRAMA EPIS 2020

+8.000

alunos

+200

escolas

94,5%

de sucesso escolar

PROGRAMA DE MENTORES PREVISÃO ATÉ 2025

+40

jovens apoiados

+100

voluntários Galp





BOLSAS DE ESTUDO PARA A EDUCAÇÃO

Objetivo Social

- Reconhecer o mérito de crianças e jovens com baixos rendimentos económicos;
- Assegurar uma educação inclusiva e igualitária;
- Promover o acesso ao ensino superior.

Parceiros sociais

Galp

Período do investimento

2020-2022



EM 2021

40

bolsas de ensino básico e secundário em Portugal
+3 bolsas de estudo universitárias (duração de 3 anos) em Portugal

5

+ 2 bolsas de estudo universitárias (duração de 3 anos) em Espanha

2

+ 2 bolsas de estudo universitárias (duração de 5 anos) em Eswatini

2

+ 2 bolsas de estudo universitárias (duração de 5 anos) em Moçambique



PREVISÃO ATÉ 2023

Em Portugal, Espanha, Moçambique e Eswatini

+158

bolsas de ensino básico e secundário (anuais)

+39

bolsas de ensino universitário (bolsas com duração de 3 a 5 anos)





EDUCAR PARA O FUTURO

Objetivo Social

- Assegurar uma educação inclusiva e igualitária;
- Reconhecer o mérito de crianças e jovens que se desafiam diariamente para aprender mais e para contribuir para o desenvolvimento das suas comunidades;
- Promover oportunidades de aprendizagem duradouras para todos, alcançando a igualdade de género;
- Combater o absentismo escolar;
- Melhorar o estado nutricional das comunidades, em particular das mães e crianças do pré-escolar.

Parceiros sociais

Helpe e Galp

Período do investimento

Projeto em continuidade (2019-2024)



DE 2019 A 2021

11.421

peessoas apoiadas

675

bolsas de estudo atribuídas

16

comunidades em Moçambique e São Tomé e Príncipe

1

biblioteca

3

salas de estudo, em Moçambique (Nampula)



PREVISÃO DE 2022 A 2024

6.915

peessoas impactadas





EDUCAR NO FEMININO

Objetivo Social

- Promover o acesso à educação e a formação a jovens moçambicanas, transformando-as nas principais agentes de mudança de consciência nas suas comunidades;
- Disseminar um modelo de mentoria que inspira e reconhece o valor da educação feminina, reduzindo as taxas de gravidez e casamento precoces;
- Combater o absentismo nas escolas e gerar oportunidades de carreira.

Parceiros sociais

Girl Move e Universidade Zambeze

Período do investimento
2020-2021



Changemaker LAB

Programa de parceria para capacitar jovens mulheres de ferramentas para a criação de soluções de inovação social.

2

projetos, na área da energia e economia circular

+10

jovens mulheres impactadas, através de sessões de *design thinking* e *sprint review* (em conjunto com área de Inovação do Grupo Galp)



DE 2020 A 2021

Projeto Acredita
398

raparigas entre os 12 e os 15 anos apoiadas

Projeto Lidera
41

mulheres entre os 18 e os 22 anos apoiadas

EM 2021

Projeto Acredita
250

raparigas entre os 12 e os 15 anos apoiadas

Projeto Lidera
24

mulheres entre os 18 e os 22 anos apoiadas





INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES DESLOCADAS

Objetivo Social

- Garantir que crianças e jovens completam o ensino primário, básico e secundário, com qualidade e de modo equitativo;
- Construir e adequar as infraestruturas necessárias à educação, assegurando uma aprendizagem segura, inclusiva e eficaz das crianças em condições de vulnerabilidade.

Parceiros sociais

Em 2020: Helpe & Galp;
Em 2021: Helpe, Instituto Camões, Missão São Carlos de Lwanga & Fundação Wiwanana (Projeto karibu)



Período do investimento

2020-2021

Projecto Karibu

Criar condições para a integração de deslocados internos nas escolas do bairro de Mahate, Cabo Delgado, Moçambique, facilitando o acesso, frequência e conclusão de ciclos escolares às crianças e aos jovens.

EM 2020

+5.500

kits de sobrevivência distribuídos

1.000

mantas distribuídas

EM 2021

3.674

beneficiários diretos

10.277

beneficiários indiretos

1.000

kits escolares distribuídos

6

salas de aula





BAGOS D' OURO

Objetivo Social

- Promover a educação de crianças e jovens carenciados do Douro como forma de inclusão social no território.

Parceiros sociais

Associação Bagos d'Ouro

Período do investimento

Projeto cofinanciado desde 2011



EM 2020

6

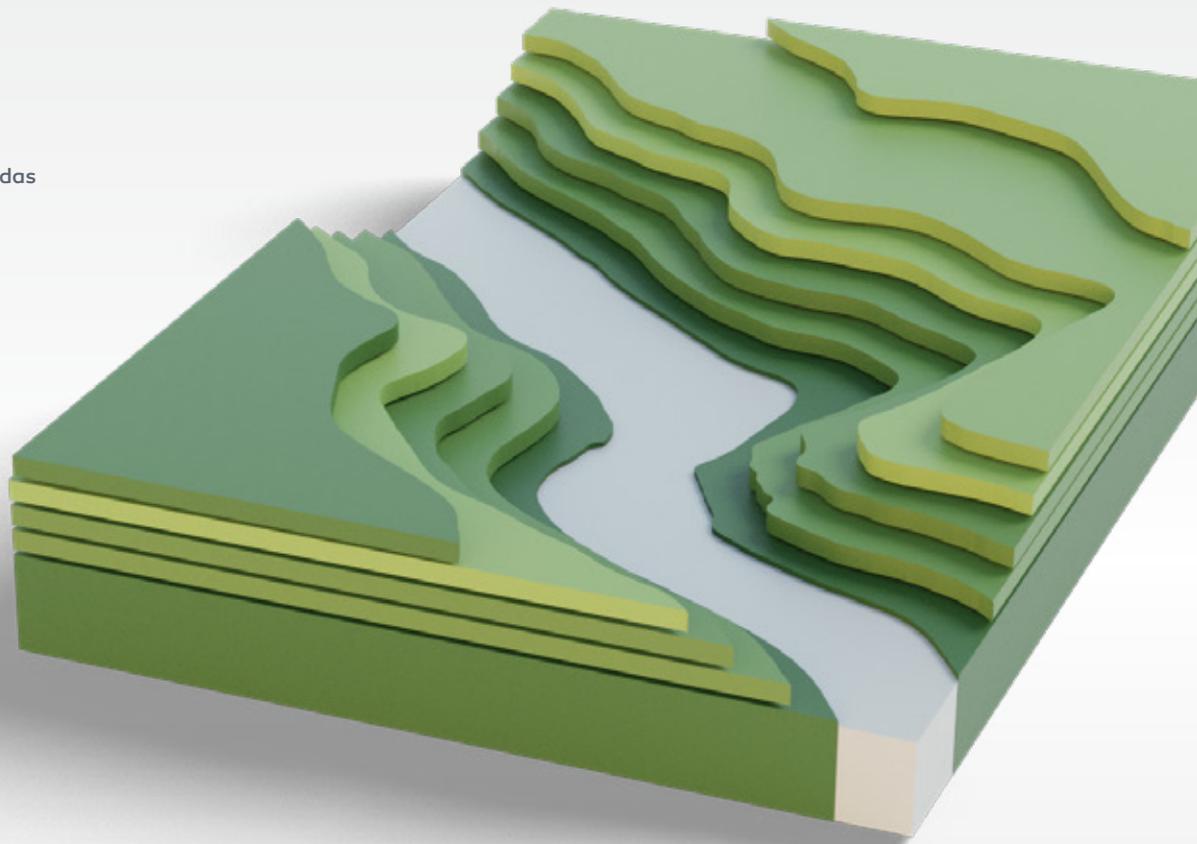
concelhos

388

total de pessoas impactadas

100%

de aprovação escolar do primeiro ciclo ao ensino universitário



IMPACTO EM 2021

200

crianças e jovens impactados

6

bolsas sociais de mérito





FUNDAÇÃO GALP SOLIDÁRIA

Objetivo Social

- Projeto coletivo e específico de resposta a situações de emergência social, comprometido com a luta contra a pobreza, exclusão e desigualdade social, apoiando grupos de cidadãos em risco.

Parceiros sociais

Associação Amigos de Inharrime; Associação Mais Proximidade, Melhor Vida; Raízes-Associação de Apoio à Criança e ao Jovem; Obra do Frei Gil; Casa do Gaiato do Porto; Associação Bagos D'Ouro; Instituto da Imaculada para Pessoas com Necessidades Especiais, entre outras.

Período do investimento

Projetos cofinanciados desde 2016



EM 2020

2.824

pessoas impactadas

IMPACTO EM 2021

12

entidades sociais apoiadas

5.300

pessoas impactadas





7ª EDIÇÃO FESTIVAL TREMOR

Objetivo Social

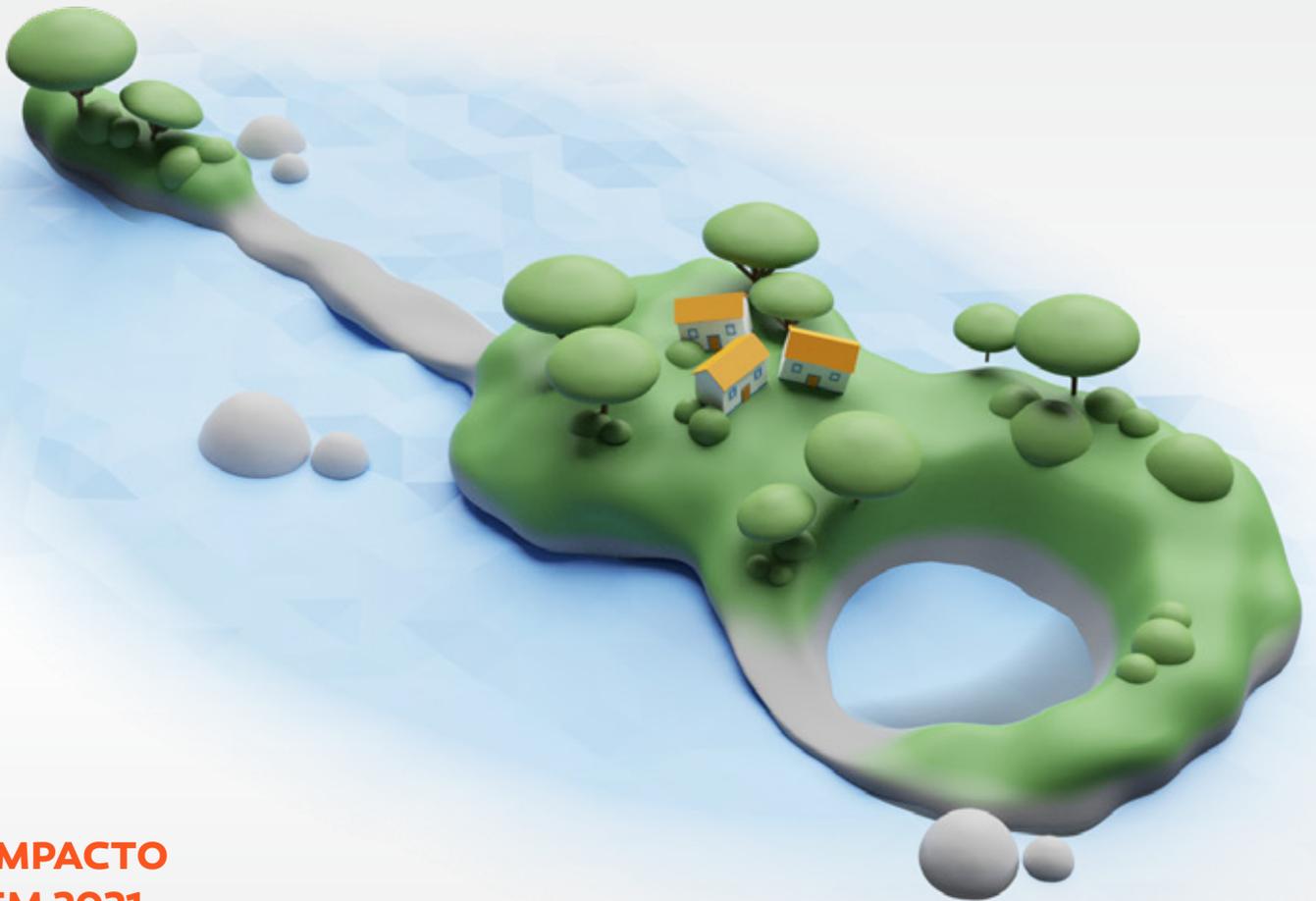
- Potenciar a inclusão social em projetos culturais, recreativos e artísticos, e sensibilizar a sociedade para a problemática da surdez em todas as vertentes sociais.

Parceiros sociais

Onda Amarela, Associação de Surdos de São Miguel, e Escola de Música de Rabo de Peixe.

Período do investimento

2021-2022



IMPACTO EM 2021

23

músicos

800

pessoas impactadas



fundacaogalp.com/pt/educacao-e-conhecimento/festival-tremor





GOVERNO

GOVERNO

CÓDIGO DE ÉTICA

A Fundação Galp é uma fundação privada, sem fins lucrativos, de interesse social, instituída em 8 de janeiro de 2009, nos termos do Código Civil Português e cumprindo as disposições da Lei-Quadro das Fundações, tendo como suas fundadoras as seguintes entidades:

- Galp Energia, S.G.P.S., S.A.
- Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. (desde 23.06.2021 denominada “Galp West Africa, S.A.”)
- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (desde 06.09.2018 denominada “Petrogal S.A.”)
- Galp Gás Natural, S.A.
- Galp Power, S.A. (entretanto incorporada por fusão na Petrogal, S.A.com efeitos a 02.11.2021)
- Galp Energia, S.A

A 22 de julho de 2018, foi atribuído à Fundação Galp, por mais cinco anos, o estatuto de utilidade pública. Ainda na temática institucional, refira-se que a Fundação Galp tem vindo a obter as declarações de reconhecimento de interesse cultural das suas diversas atividades, emitidas a 23 de outubro de 2013 pelo Secretário de Estado da Cultura e a 30 de dezembro de 2016 e a 7 de fevereiro de 2018 pelo Ministro da Cultura. A Fundação Galp é uma entidade juridicamente independente, com um modelo de governo próprio, definido nos seus estatutos.

Todavia, é uma entidade ligada à cultura organizacional do grupo fundador com quem partilha a sua denominação.

A Fundação Galp atua primordialmente nas áreas da energia e ambiente, da educação e cultura e do desenvolvimento social. No seu Código de Ética, aprovado e publicado em 2018, a Fundação Galp traça as diretrizes éticas fundamentais da sua atuação, numa perspetiva de assunção de compromissos éticos e de conduta perante:

- (1) as pessoas da Fundação;
- (2) a vontade das suas fundadoras e demais financiadores da Fundação;
- (3) os parceiros da Fundação;
- (4) os fornecedores da Fundação;
- (5) os beneficiários da atividade da Fundação;
- (6) a sociedade em geral, presente e futura.

O Código de Ética afirma a importância de definir claramente os princípios e as responsabilidades que a Fundação Galp reconhece, aceita, partilha e assume nas suas relações com as suas pessoas e todas as demais partes interessadas nos fins da Fundação, levando em conta a natureza específica da sua missão institucional. Consagra, para cada uma das situações nele elencadas, compromissos e responsabilidades, mas também, e não menos importante, o modo como os mesmos devem ser juridicamente implementados.

ÓRGÃOS SOCIAIS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A esta data, a composição dos órgãos sociais da Fundação Galp, eleitos para o quadriénio de 2019-2022, é a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente:

Paula Fernanda Ramos Amorim

Vogais: Andrew Richard Dingley Brown e Filipe Crisóstomo Silva

Conselho Fiscal

Presidente: José Pereira Alves

Vogais: Maria de Fátima Castanheira Cortês Damásio Geada e Pedro Antunes de Almeida

Suplente:

Amável Alberto Freixo Calhau

Órgão Diretivo

Diogo Miguel da Silva Simões de Sousa*

A Fundação Galp encerrou o exercício de 2021 com um resultado líquido negativo de €570.659,98.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo de €570.659,98 seja transferido para resultados acumulados.

Lisboa, 29 de abril de 2022

Conselho de Administração

Presidente:

Paula Fernanda Ramos Amorim

Vogais:

Andrew Richard Dingley Brown

Filipe Crisóstomo Silva

*Designado a 17/12/2021 em substituição de Joana Maria Soares de Oliveira da Rosa Garoupa, que exerceu o cargo de Diretora Executiva até 16/12/2021.



ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021				Unid: Euro
Rubricas	Notas	Datas		
		31/12/2021	31/12/2020	
Ativo				
Ativo não corrente		954.159,00	1.553.325,00	
Bens do património histórico e cultural	4	954.159,00	1.553.325,00	
Ativo corrente		430.943,05	439.774,14	
Créditos a receber	16.6	1.250,00	55.410,83	
Diferimentos	16.10	1.577,59	1.577,58	
Outros Ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários	16.3	428.115,46	382.785,73	
Total do Ativo		1.385.102,05	1.993.099,14	
Fundos patrimoniais e passivo				
Fundos patrimoniais				
Fundos	16.8	7.188.325,00	7.188.325,00	
Resultados transitados		(5.378.621,40)	(5.157.413,82)	
Resultado Líquido do período		(570.659,98)	(221.207,58)	
Total do fundo do capital		1.239.043,62	1.809.703,60	
Passivo				
Passivo corrente		146.058,43	183.395,54	
Fornecedores	16.4	23.192,48	30.094,41	
Outras dívidas a pagar	16.2	122.865,95	153.301,13	
Total do passivo		146.058,43	183.395,54	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.385.102,05	1.993.099,14	

As notas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do balanço.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
Período findo em 31 de dezembro de 2021			
Unid: Euro			
Rendimentos e gastos	Notas	Períodos	
		2021	2020
Subsídios, doações e legados à exploração	8	425.000,00	510.000,00
Fornecimentos e serviços externos	8	(81.670,94)	(37.770,34)
Gastos com o pessoal	15	-	-
Imparidade dos bens do património histórico e cultural	4	599.166,00	(235.000,00)
Outros rendimentos e ganhos	8	0,09	1.000,00
Outros gastos e perdas	8	(314.393,31)	(459.042,48)
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos		(570.230,16)	(220.812,82)
Juros e gastos similares suportados	16.7	(429,82)	(394,76)
Resultados antes de impostos		570.659,98	(221.207,58)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		570.659,98	(221.207,58)

As notas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS				
No período findo em 31 de dezembro de 2021				
Unid: Euro				
Descrição	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade			Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
Posição no início do período	7.188.325,00	(5.157.413,82)	(221.207,58)	1.809.703,60
Alterações no período				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	(221.207,58)	221.207,58	-
	-	(221.207,58)	221.207,58	-
Resultado líquido do período	-	-	(570.659,98)	(570.659,98)
Resultado integral	-	-	(570.659,98)	(570.659,98)
Posição no fim do período	7.188.325,00	(5.378.621,40)	(570.659,98)	1.239.043,62

As notas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da demonstração das alterações nos fundos próprios.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Período findo em 31 de dezembro de 2021			
Unid: Euro			
Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Pagamento a fornecedores		(74.834,73)	(54.736,80)
Caixa gerada pelas operações		(74.834,73)	(54.736,80)
Outros recebimentos/pagamentos		(304.405,72)	(484.512,47)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(379.240,45)	(539.249,27)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de fundos - Doações	8	425.000,00	510.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(429,82)	(394,76)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		424.570,18	509.605,24
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		45.329,73	(29.644,03)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.3	382.785,73	412.429,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.3	428.115,46	382.785,73

As notas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa.

ANEXO

1. Identificação da Fundação

A Fundação Galp, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada sem fins lucrativos, criada pelas sociedades Galp Energia, SGPS, S.A., Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. (atualmente “Galp West Africa, S.A.”), Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (atualmente “Petrogal, S.A.”), Galp Power, S.A. (entretanto incorporada, por fusão, na Petrogal, S.A.), Galp Energia, S.A. e Galp Gás Natural, S.A., em janeiro de 2009, tendo a sua sede social em Lisboa, na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, com a denominação Fundação Galp Energia, tendo adotado, em setembro de 2018, a denominação atual – Fundação Galp.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 14158/2010, do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 27 de agosto de 2010, publicado no Diário da República, II série, de 10 de setembro de 2010, e declarada pessoa coletiva com utilidade pública pelo Despacho n.º 9537/2013, do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares de 5 de julho, publicado no Diário da República, II série, N.º 139, de 22 de julho de 2013, estatuto esse que foi renovado pelo Despacho n.º 6430/2019, do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 14 de junho, publicado no Diário da República, II série, de 17 de julho de 2019, por 5 (anos), com produção de efeitos desde 22 de julho de 2018.

A Fundação tem vindo a obter, igualmente, as Declarações de Reconhecimento de Interesse Cultural das suas diversas atividades, emitidas a 23 de outubro de 2013 pelo Secretário de Estado da Cultura, a 30 de dezembro de 2016 e a 7 de fevereiro de 2019 pelo Ministro da Cultura, nos termos do artigo 62º, números 6, a) e 7 e 10, todos do Estatuto dos Benefícios Fiscais “EBF”.

A Fundação tem por objeto exprimir e concretizar o compromisso de intervenção social e apoio ao desenvolvimento, por parte do Grupo Galp, promovendo e apoiando, em Portugal e no estrangeiro onde o Grupo opera e, em particular, nos países de língua portuguesa, programas de ação, iniciativas e

atividades que visem ou favoreçam os avanços da energia, a sensibilização e promoção de práticas de eficiência energética, utilização racional da energia e energias alternativas, designadamente para a promoção da educação e formação tecnológica e cultural, bem como as iniciativas e atividades que promovam a inovação e o desenvolvimento do turismo, da saúde, da cultura, do desporto entre outras, diretamente ou em parceria com outras Fundações que visem fins idênticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo NCRF-ESNL.

3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas Adotadas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro

previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Créditos a receber/Outras dívidas a pagar”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Fundação, ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Este custo foi determinado à data da entrada em espécie, feita pela Fundadora Petrogal, S.A., por uma entidade competente e independente.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se avaliar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto, a Fundação tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.2. Provisões

Periodicamente, a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que se verifique a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.3. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Fundação se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensuradas pelo seu custo amortizado e deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

b) Classificação de fundos patrimoniais ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos dos fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

c) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no Balanço.

3.2.4. Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos exercícios de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Contudo é entendimento da administração que as correções de eventuais revisões/inspeções da Autoridade Tributária, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.2.5. Classificação do Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respectivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.2.6. Eventos subsequentes

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se significativos.

3.2.7. Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábilísticos geralmente aceitos, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registrados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

A Fundação não identifica a existência de estimativas consideradas críticas.

4. Bens do património histórico e cultural

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
31 de dezembro de 2021			
	Saldo em	Imparidades	Unid: Euro
Ativos tangíveis	01-Jan-2021		Saldo em
			31-Dez-2021
Património artístico-obras de arte	1.428.325,00	(599.166,00)	829.159,00
Outros ativos fixos tangíveis	125.000,00	-	125.000,00
Total	1.553.325,00	(599.166,00)	954.159,00

OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
31 de dezembro de 2020			
	Saldo em	Imparidades	Unid: Euro
Ativos tangíveis	01-Jan-2020		Saldo em
			31-Dez-2020
Património artístico-obras de arte	1.663.325,00	(235.000,00)	1.428.325,00
Outros ativos fixos tangíveis	125.000,00	-	125.000,00
Total	1.788.325,00	(235.000,00)	1.553.325,00

Os montantes de 1.663.325,00 Euros e 125.000,00 Euros, respeitam à entrada em espécie, como dotação inicial, por parte da fundadora Petrogal, S.A., constituída pelo património artístico e histórico, acervos avaliados por uma entidade independente, por aqueles montantes.

No final do exercício de 2020 foi iniciado um processo de avaliação das obras de arte que constituem o ativo da Empresa, dando origem à perda de valor, no total de 235.000,00 Euros. Este processo de avaliação às obras de arte, estendeu-se ao ano 2021, tendo sido registada uma perda de valor de mais 599.166,00 Euros. Na sequência do descomissionamento da refinaria de Matosinhos, serão também objeto de avaliação, durante o ano 2022, as obras do Património Museológico, mensurado por 125.000,00 Euros, parqueadas na refinaria de Matosinhos.

5. Ativos Intangíveis

Não aplicável.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável.

7. Inventários

Não aplicável.

8. Rendimentos e gastos

Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Serviços especializados	40.585,88	10.693,27
Espaço torre	9.601,56	4.849,29
Seguros	2.403,33	3.083,96
Renovação de domínio	-	910,20
Avaliação das Obras de Arte	26.232,91	-
Outros serviços	2.847,26	18.233,62
Total	81.670,94	37.770,34

Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Subsídios, doações e legados à exploração	425.000,00	510.000,00
Total	425.000,00	510.000,00

Os subsídios, doações e legados, apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Galp Gás Natural, S.A.	360.000,00	360.000,00
Petrogal, S.A.	50.000,00	-
Lisboagás, S.A.	-	135.000,00
Galp Energia, SGPS, S.A.	15.000,00	15.000,00
Doações:	425.000,00	510.000,00

Estes montantes destinam-se a atividades da Fundação em conformidade com os seus fins estatutários.

Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Outros rendimentos e ganhos	0,09	1.000,00
Total	0,09	1.000,00

Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Parcerias:	173.972,98	301.692,48
Fumukaba -Projeto Energias Domésticas de Bissau	-	19.614,78
Projeto Global Teacher Price	10.500,00	-
Energiza - Fundo de Energia Moçambicano	-	60.000,00
Programa Acredita e Lidera Moçambique- Beira (Associação Girlmove Portugal)	15.000,00	10.000,00
Educar para o Futuro – Reforço da capacidade das escolas de Natoa & Biblioteca (Moçambique) (Associação Helpo)	-	50.000,00
Educar para o Futuro Moçambique (Associação Helpo)	36.816,00	31.316,00
Movimento Social Educativo	65.906,98	78.011,70
Associação Bagos D'Ouro	22.800,00	22.800,00
Programa de Mentores Galp & Programa Epis	16.950,00	16.950,00
Associação Cais	-	2.000,00
Projeto Karibu - Apoio aos deslocados internos em Moçambique	-	11.000,00
Promoção da igualdade de oportunidades - Escola de Música de Rabo de Peixe e Associação de Surdos de S. Miguel	6.000,00	-
Fundação Galp Solidária:	51.550,00	55.350,00
Associação Bagos d'Ouro	1.200,00	1.200,00
Associação Amigos de Inharrime	6.000,00	4.500,00
Irmãs de Santa Cruz – Congregação	9.750,00	9.000,00
Irmãs do Cottolengo do Padre Alegre, Servidoras de Jesus	6.000,00	7.500,00
Missionárias da Caridade (Madre Teresa Calcutá)	6.000,00	6.500,00
Filhas de Maria Auxiliadora - Centro Laura Vicuña	-	2.000,00
Associação Mais Proximidade, Melhor Vida	6.000,00	6.500,00
Carmelo Santa Teresinha	3.850,00	4.550,00
Instituto da Imaculada p/Pessoas com Necessidades Especiais	3.000,00	3.250,00
Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem	3.000,00	3.500,00
Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	3.000,00	3.250,00
Obra do Frei Gil - Sociedade de Promoção Social	1.950,00	1.800,00
Obra da Rua – Casa do Gaiato do Porto	1.800,00	1.800,00
Outros:	88.870,33	102.000,00
Bolsas de apoio à educação em Portugal, Espanha, Moçambique e Eswatini	86.564,69	102.000,00
Outros gastos	2.305,64	-
Total	314.393,31	459.042,48

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Não aplicável.

11. Instrumentos Financeiros

A Fundação não detém instrumentos financeiros para além dos ativos e passivos financeiros referidos na Nota 16.

12. Benefícios dos empregados

Não aplicável.

13. Acontecimentos após a data do Balanço

Após a data das demonstrações financeiras, não existem eventos subsequentes que devam ser divulgados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril 2022.

14. Agricultura

Não aplicável.

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, informando-se também que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada.

16. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1. Fundadores

Ver Nota 16.8.

16.2. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica englobava os seguintes saldos:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Credores por acréscimos		
Bolsas de apoio à educação	95.383,00	102.000,00
Projeto Funae	-	50.000,00
Seguros a liquidar	-	301,09
Outros	27.482,95	1.000,04
Total	122.865,95	153.301,13

16.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Depósitos à ordem	428.115,46	382.785,73
Total	428.115,46	382.785,73

16.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Fornecedores c/c	23.192,48	30.094,41
Total	23.192,48	30.094,41

16.5. Estado e Outros Entes Públicos

Não aplicável.

16.6. Créditos a Receber

A rubrica “Créditos a receber” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Acréscimo de proveitos		
Comparticipação Projeto Fumukaba	-	53.596,79
Outros devedores	1.250,00	1.814,04
Total	1.250,00	55.410,83

16.7. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	(429,82)	(394,76)
Resultados financeiros	(429,82)	(394,76)

16.8. Fundos

O Capital da Fundação em 31 de dezembro de 2021 é constituído pela entrada inicial dos fundadores no montante total de 7.188.325,00 Euros, incluindo a entrada em espécie feita pela fundadora Petrogal, S.A., no montante de 1.788.325,00 Euros (Nota 4) e tem a seguinte composição:

Descrição	Unid: Euro				
	Realizado em 2009	Realizado em 2010	Realizado em 2011	Realizado em 2012	Total subscrito
Contribuições em numerário					
Galp Energia, S.A.	1.060.000,00	781.320,23	572.211,11	967.255,13	3.380.786,47
Galp Energia, SGPS, S.A.	200.000,00	135.979,87	95.368,53	62.238,72	493.587,12
Galp Power, S.A.	200.000,00	135.979,87	138.839,37	18.767,88	493.587,12
Galp Gás Natural, S.A.	200.000,00	135.979,87	138.839,37	18.767,88	493.587,12
Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.	200.000,00	135.979,87	138.839,37	18.767,88	493.587,12
Petrogal, S.A.	-	-	-	44.865,05	44.865,05
Sub-total	1.860.000,00	1.325.239,71	1.084.097,75	1.130.662,54	5.400.000,00
Contribuições em espécie					
Petrogal, S.A.	1.788.325,00	-	-	-	1.788.325,00
Sub-total	1.788.325,00	-	-	-	1.788.325,00
Total	3.648.325,00	1.325.239,71	1.084.097,75	1.130.662,54	7.188.325,00

16.9. Imposto sobre o Rendimento

A Fundação é um sujeito passivo de IRC na qualidade de pessoa coletiva que não exerce, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, sendo tributada, nos termos do artigo 3º, alínea b), do Código do IRC, pelo rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito. No entanto, até 2021, a Fundação só obteve apoios (dotações e donativos) destinados a financiar a realização dos fins estatutários, os quais não se consideram rendimentos sujeitos a IRC, daí não haver tributação.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Contudo é entendimento da administração que as correções de eventuais revisões/inspeções da Autoridade Tributária, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

16.10. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos”
desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Unid: Euro	
	2021	2020
Custos diferidos		
Seguros	1.577,59	1.577,58
Total	1.577,59	1.577,58

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente:

Paula Fernanda Ramos Amorim

Vogais:

Andrew Richard Dingley Brown

Filipe Silva

O Contabilista Certificado:

Paula de Freitas Gazul

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ex.mos. Senhores Fundadores,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho Fiscal apresentar o Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Galp relativos ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das funções que nos são cometidas, acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da atividade da Fundação Galp, a regularidade dos seus registos contabilísticos e a conformidade com o normativo legal e estatutário em vigor.

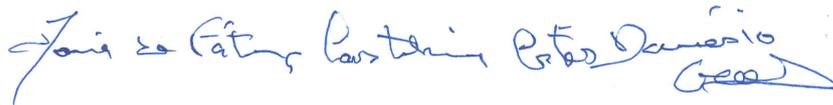
Analisámos, ainda, as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo) e o Relatório de Gestão relativos ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório de Auditoria emitido pela Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., com o qual concordamos.

Tendo em consideração os documentos de prestação de contas mencionados aprovados pelo Conselho de Administração a 29 de abril de 2022, somos do parecer que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

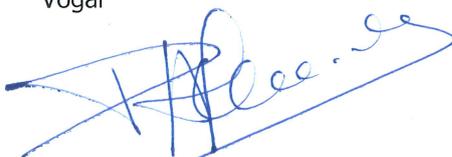
Lisboa, 10 de maio de 2022.



José Pereira Alves
Presidente



Maria de Fátima Castanheira Geada
Vogal



Pedro Antunes de Almeida
Vogal

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Galp (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.385.102 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.239.044 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 570.660 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Galp em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal pelo Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo;
- ▶ elaboração do Relatório de Atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Em nossa opinião, o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 10 de maio de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731